

Incerteza sobre o futuro do Plano Brady

por Maria Clara R.M. do Prado
de Washington

A 44ª Reunião dos governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial encerrou-se ontem oficialmente em Washington em ambiente de incertezas quanto aos destinos do Plano Brady de redução da dívida externa para os países em desenvolvimento. Em geral, os discursos dos governadores deixaram apelos aos bancos para que participem da estratégia e continuem apoiando os países beneficiados pelo programa com aporte de "dinheiro novo".

O FMI e o Banco Mundial embarcaram no Plano Brady, criando as condições necessárias para deslançar programas de redução de dívida, mas têm alertado os bancos que não dispõem de recursos suficientes para sustar os planos de reestruturação econômica com os quais os países que pleiteiam abatimento em suas dívidas precisam se comprometer.

A reunião teve desfecho com o anúncio de que o FMI aprovou em princípio um acordo "stand by", com duração até o final do ano que vem, com a Argentina. Ontem, pela manhã, o gerente-geral do FMI, Michel Camdessus, confirmou seu apoio ao programa argentino e informou que vai recomendar ao "board" da instituição que aprove os desembolsos para aquele país, antes mesmo de estar concluída a negociação que se desenvolve com os bancos credores e apesar do atraso argentino quanto ao pagamento de seus compromissos externos. A Argentina tem com os bancos, juros atrasados de cerca de US\$ 4,5 bilhões a US\$ 5 bilhões. Também está com pagamentos pendentes, em torno US\$ 300 milhões com os credores

oficiais do Clube de Paris, além de atrasados técnicos com o próprio FMI e o Banco Mundial. A Argentina se comprometeu a colocar em dia o pagamento da dívida dos credores oficiais, até março do ano que vem.

CRÍTICAS

"Quando o programa vale a pena, temos de ser os primeiros para que os outros sigam atrás", declarou Camdessus, contrapondo as críticas da comunidade bancária que não está satisfeita com o fato de o FMI chegar a um acordo com um país que está com pagamentos em atraso e que acusa o organismo de ser complacente com esse fato. O acordo "Stand by" envolve empréstimos do FMI da ordem de US\$ 1,4 bilhão.

Também o tratamento que os organismos multilaterais de financiamento darão ao programa de reestruturação da Polônia foi outro tema dominante da reunião. Mas nem Camdessus, nem o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, foram suficientemente objetivos a ponto de especificar o montante de recursos que pretendem dirigir à economia polonesa. "Recebi uma carta do novo primeiro-ministro da Polónia logo no segundo dia de sua posse, o que demonstra que não perdeu tempo em buscar um suporte do FMI, e estamos trabalhando no sentido de assistir este país, conscientes de sua situação", disse Camdessus, sem no entanto confirmar informações atribuídas a fontes do governo polonês no sentido de que o fundo poderia concluir um acordo final com o país no final do ano.

AUMENTO DE COTAS

Os governadores não chegaram a uma conclusão sobre a proposta da diretoria executiva do FMI quanto ao aumento das cotas dos países membros. A

pressão contrária dos Estados Unidos, com o apoio da Grã-Bretanha e da Arábia Saudita, foi suficientemente expressiva para postergar uma definição, com o compromisso acertado de que o assunto voltará a ser discutido antes do final do ano. O gerente-geral do FMI defende que as cotas sejam duplicadas de modo a que o organismo tenha suficiente liquidez para ajudar nos programas de redução de dívida e para dar o apoio à reestruturação econômica de países como a Polónia e a Hungria.

Camdessus revelou que esta reunião anual chegou ao seu término com o compromisso de 70% do poder de voto dos vários países-membros de acatar um aumento de 67% ou mais no

valor das cotas, mas lembrou que 100% de incremento é o nível necessário para que a instituição deixe de continuar tomando dinheiro emprestado para poder cobrir parte de suas atividades. A decisão sobre as cotas, conforme explicou, poderá ser tomada pela própria diretoria executiva do FMI, mas se a questão continuar polêmica acenou com a possibilidade de uma nova reunião do comitê interino ainda este ano, embora isto não seja processualmente indispensável.

MEIO AMBIENTE

Ao contrário das duas últimas reuniões, a questão ambiental desta vez ficou relegada a um segundo plano.

Há um consenso de que os projetos do Banco Mun-

dial dirigidos aos países em desenvolvimento precisam se preocupar desde já com a proteção ambiental, mas não se sabe ainda de onde sairão os recursos para financiá-los.

Barber Conable foi mais pressionado agora pela determinação manifestada do Banco Mundial de não apoiar programas de redução de dívida em países que dediquem boa parte de seus orçamentos fiscais a gastos militares ou dirigidos para a segurança interna. Um levantamento do Banco Mundial aponta para o expressivo montante de US\$ 200 bilhões de despesas militares alocadas nos orçamentos dos países em desenvolvimento, em geral. "Isto vai obstruir o ritmo do desenvolvimento", disse ele, indicando co-

mo essencial uma redução nestes gastos se os países estiverem decididos a pedir por um alívio no estoque de suas dívidas.

A nível da reunião do Banco Mundial, está pendente o valor de contribuição de recursos da parte dos Estados Unidos para a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), enquanto o Congresso norte-americano não votar o orçamento para o ano fiscal que se inicia amanhã. Os Estados Unidos são a principal fonte de financiamento dos programas desenvolvidos pela AID, todos dirigidos aos países mais pobres a taxas extremamente subsidiadas. "É importante manter os recursos para a AID em termos reais, para não afetar a alocação original", comentou o presidente do Banco Mundial, na expectativa de poder anunciar compromissos da agência para o ano fiscal na reunião que será realizada no início de novembro, sobre o planejamento do orçamento, em Kioto, no Japão.

O dólar, aparentemente, voltou a ficar sob controle no mercado internacional depois da reunião do Grupo dos Sete maiores países industrializados realizada no sábado passado — e da ação conjunta de intervenção dos seus bancos centrais no mercado. Isto garantiu que a 44ª Assembleia de Governadores do FMI e do Banco Mundial pudesse transcorrer em clima de mais tranquilidade, desinflando o elevado nível de expectativas que rondava o mercado na semana passada. Os ministros da Fazenda dos 152 países-membros do FMI voltaram para seus gabinetes e para aqueles que não estão vivendo o último ano de governo, haverá o retorno a Washington para uma nova reunião, no início de maio do ano que vem.